

JUL 1964

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA)
EMIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE SUBSCRIÇÃO,
SOB REGIME DE GARANTIA FIRME DE COLOCAÇÃO, DA
DISTRIBUIDORA DE ÁGUAS TRIUNFO S.A.



1st 2/8
e

JUL 2013

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE SUBSCRIÇÃO, SOB REGIME DE GARANTIA FIRME DE COLOCAÇÃO, DA DISTRIBUIDORA DE ÁGUAS TRIUNFO S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **DISTRIBUIDORA DE ÁGUAS TRIUNFO S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul, na Rodovia BR 386, Tabaf Canoas, S/N, KM 419, Parte Via Contorno, 850, CEP 95.853-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 11.669.168/0001-00, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora"); e

e, como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares de debêntures da 1ª (primeira) emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário", sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados em conjunto como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte");

vêm, por esta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, Sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da Distribuidora de Águas Triunfo S.A." ("Escritura de Emissão"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - AUTORIZAÇÃO

1.1. Autorização.

1.1.1. Esta Escritura de Emissão é celebrada de acordo com proposição da diretoria da Emissora e a consequente deliberação e aprovação das condições da Emissão tomada em Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 15 (quinze) de maio de 2014 ("AGE"), na qual foram deliberadas as condições da Emissão (conforme abaixo



JUCERS

definido), conforme disposto no artigo 59, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

CLÁUSULA SEGUNDA – REQUISITOS E OBJETO SOCIAL

A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da Emissora ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), para distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM nº 476", respectivamente), sob regime de garantia firme de colocação, será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA e Dispensa de Registro na CVM

2.1.1. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na CVM, previsto no artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476, por se tratar de distribuição pública com esforços restritos de colocação.

2.1.2. A Oferta Restrita será objeto de registro perante a ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, exclusivamente para fins de informar a base de dados, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º e 2º, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, condicionado o cumprimento da obrigação de registro na ANBIMA à expedição de diretrizes específicas, mediante comunicação ao mercado por referido órgão, até o encerramento da Oferta Restrita.

2.2. Arquivamento e Publicação da AGE

2.2.1. A ata da AGE que aprovou a Emissão será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul ("JUCERS") e publicada no Diário Oficial da Indústria e Comércio do Estado do Rio Grande do Sul e no Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

2.3.1. Esta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão celebrados entre a Emissora e o Agente Fiduciário e posteriormente arquivados na JUCERS, de acordo com o artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.



2.3.2. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente arquivados na JUCERS, tempestivamente após a data de obtenção do referido arquivamento.

2.4. Registro para Distribuição Primária, Negociação Secundária e Custódia Eletrônica

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário, respectivamente, por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos e do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição e as negociações liquidadas financeiramente e a custódia eletrônica realizada na CETIP.

2.4.2. As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, tendo como público alvo investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM n.º 476 e do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Investidores Qualificados” e “Instrução CVM n.º 409”, respectivamente), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409 deverão, obrigatoriamente, subscrever e integralizar, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

2.4.3. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados e, depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos da data de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme o caso, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM n.º 476, desde que sejam (i) observadas as restrições estabelecidas no artigo 13 da Instrução CVM n.º 476; e (ii) a Emissora esteja em dia com o cumprimento das obrigações previstas no artigo 17 da referida Instrução.

2.5. Objeto Social

2.5.1. De acordo com o seu estatuto social, a Emissora tem por objeto social a produção de bens utilizáveis pelas empresas componentes do Polo Petroquímico de Triunfo, tais como fornecimento de vapor, águas, ar comprimido, gases industriais, energia elétrica, assim como a prestação de serviços diversos às mesmas empresas, bem como a participação em outras sociedades empresárias e não empresárias, como sócia, acionista

2
e
87



ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras e ainda participar de consórcio.

CLÁUSULA TERCEIRA-DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

3.1.1. Esta Escritura de Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de Debêntures da Emissora.

3.2. Séries

3.2.1. A Emissão será realizada em série única.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido).

3.4. Quantidade de Debêntures

3.4.1. Serão emitidas 22.000 (vinte e duas mil) Debêntures.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de Oferta Restrita destinada exclusivamente a Investidores Qualificados. A Oferta Restrita será realizada com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder") sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, observados os termos e condições definidos no "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Subscrição, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª (Primeira) Emissão da Distribuidora de Águas Triunfo S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição").

3.5.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM n.º 476. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido no item (2.4.2) acima), sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.



- 3.5.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das garantias previstas no item (4.15) a seguir.
- 3.5.4. Adicionalmente, a Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM n.º 476, outra oferta pública da mesma espécie dos valores mobiliários objeto da Oferta Restrita dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.
- 3.5.5. Não será (i) constituído fundo de sustentação de liquidez; (ii) firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures; ou (iii) firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.
- 3.5.6. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.
- 3.5.7. O Coordenador Líder e a Emissora não realizarão a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM n.º 476.
- 3.5.8. A Emissão e a Oferta Restrita não serão objeto de quantidade adicional ou lote suplementar.
- 3.5.9. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.
- 3.5.10. Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures.
- 3.5.11. A colocação das debêntures deverá ser efetuada dentro do prazo de distribuição e conforme os procedimentos estabelecidos pela Instrução CVM n.º 476 e pelo Contrato de Distribuição.

3.6. Destinação dos Recursos



- 3.6.1. Os recursos captados mediante a colocação das Debêntures serão utilizados para aquisição, pela Emissora, de planta industrial que faz a captação, tratamento e distribuição de água (clarificada, desmineralizada e potável) para clientes do Polo Petroquímico de Triunfo, anteriormente pertencente à Braskem S.A. ("Braskem").

3.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

- 3.7.1. O banco liquidante da Emissão é o Itaú Unibanco S.A. instituição financeira com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante"), e o Escriturador Mandatário é a Itaú Corretora de Valores S.A. instituição financeira com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário"), sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e/ou o Escriturador Mandatário. O Escriturador Mandatário será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures entre outras responsabilidades definidas em normas da CETIP.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data de Emissão das Debêntures

- 4.1.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de Emissão das Debêntures será 15 de maio de 2014 ("Data de Emissão").

4.2. Valor Nominal Unitário

- 4.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.3. Conversibilidade e Forma

- 4.3.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.4. Espécie

- 4.4.1. As Debêntures são da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.



11.000

4.5. Forma de Subscrição e Integralização

4.5.1. O preço de subscrição e integralização das Debêntures será correspondente ao Valor Nominal Unitário acrescido dos juros remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização, com duas casas decimais, de acordo com o disposto no item (4.8) abaixo (em moeda corrente nacional, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP ("Preço de Subscrição")). Para esse fim, a data de subscrição será também a data de integralização.

4.6. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

4.6.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 13 (treze) anos contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 15 de maio de 2027, ressalvada a possibilidade de (i) vencimento antecipado das Debêntures; e (ii) Resgate Antecipado, conforme abaixo definido, das Debêntures ("Data de Vencimento"). Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento, em moeda corrente, do saldo do Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido) não amortizado, acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido).

4.7. Amortização do Principal

4.7.1. Amortização do Principal

4.7.1.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado, a partir do 1º (primeiro) mês contado da Data de Emissão, inclusive, em parcelas mensais, consecutivas e conforme cronograma de pagamentos constante do 'Anexo 4.7.1.1' a esta Escritura de Emissão, no dia 15 (quinze) de cada mês, sendo a primeira parcela devida em 15 de junho de 2014 e a última na Data de Vencimento, ou na data em que ocorrer um evento de vencimento antecipado das Debêntures ou na data de Resgate Antecipado.

4.8. Remuneração

4.8.1. As Debêntures serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir:

Atualização Monetária. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.

Juros Remuneratórios. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, *over extra-grupo* ("Taxa DI"), expressas na forma percentual ao

11.000
O.A.
87

ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de uma sobretaxa de 2,67% (dois inteiros e sessenta e sete centésimos por cento), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A Remuneração, conforme abaixo definido, será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a partir da Data de Emissão até a respectiva data de pagamento ("Remuneração"), de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (Fator Juros - 1)$$

onde:

"J" = valor da Remuneração acumulada no período, devida no Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

"VNe" = Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de cada Debênture, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

"Fator Juros" = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator Juros = Fator DI \times Fator Spread$$

onde:

"Fator DI" = produtório das Taxas DI-Over, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

"k" corresponde ao número de ordem das Taxas DI-Over, sendo 'k' um número inteiro;

"n" corresponde ao número total de Taxas DI-Over consideradas no Período de Capitalização, sendo 'n' um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI-Over expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$



onde:

" DI_k " = Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

"Fator Spread" = Sobretaxa de juros fixo, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right\}$$

onde:

"spread" = 2,6700 (dois inteiros e sessenta e sete centésimos); e

"n" = número de Dias Úteis entre a data de início do Período de Capitalização e a data atual, sendo "n" um número inteiro.

Observações: A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgada pela CETIP.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(Fator DI \times FatorSpread)$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.8.2. O período de capitalização da Remuneração é: (a) para o primeiro período de capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) e, (b) para os demais períodos de capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente ou na data em que ocorrer o vencimento antecipado das Debêntures, em razão da ocorrência de um dos Eventos de Vencimento Antecipado, na data de Resgate Antecipado ou Amortização Extraordinária das Debêntures, o que ocorrer primeiro ("Período de Capitalização"). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.8.3. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento da Remuneração, será utilizada a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo

10
O.A.
OF

JUL 1983

devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI disponível.

- 4.8.4. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade da Taxa DI por disposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI-Over ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI-Over por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão) ("Assembleia Geral de Debenturistas"), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração da Remuneração, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas, caso tenha ocorrido pagamento de Remuneração até a data de deliberação da Taxa Substitutiva.
- 4.8.5. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item (4.8.4) acima e não haja disposição legal ou determinação judicial expressamente vedando a sua utilização, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item (4.8.5), a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.
- 4.8.6. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou em outro prazo que venha a ser definido na referida assembleia, pelo Valor Nominal Unitário, ou pelo saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último.



4.8.7. As Debêntures resgatadas antecipadamente nos termos deste item (4.8) serão canceladas pela Emissora. Neste caso, para o cálculo da Remuneração das Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.8.8. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam Debenturistas no final do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração. "Dia Útil" significa qualquer dia de segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional e/ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário e/ou não funcionar o mercado financeiro na cidade de São Paulo. Em relação à Cetip, são considerados dias úteis quaisquer dias que não sejam sábados, domingos e/ou feriados declarados nacionais.

4.9. Periodicidade de Pagamento da Remuneração

4.9.1. Os valores relativos à Remuneração serão pagos em parcelas mensais e consecutivas, no dia 15 (quinze) de cada mês, a contar da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de junho de 2014, e o último na Data de Vencimento, sem carência ("Data de Pagamento da Remuneração").

4.10. Repactuação Programada

4.10.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.11. Liquidez e Estabilização

4.11.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.12. Resgate Antecipado ou Amortização Extraordinária

4.12.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a contar da Data de Emissão, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado, total ou parcial, ou a amortização extraordinária (respeitado o limite previsto no item (4.12.8) abaixo) das Debêntures, nos termos da legislação aplicável, de acordo com o procedimento descrito abaixo ("Resgate Antecipado" e "Amortização Extraordinária", respectivamente).

4.12.2. O Resgate Antecipado ou a Amortização Extraordinária será realizado pelo pagamento do Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, das Debêntures, no caso de Resgate Antecipado, ou de parcela do Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, no caso de Amortização Extraordinária, observados os termos e limites definidos no item (4.12.8) abaixo, em ambos os casos acrescido da Remuneração,



JUCEBROS

calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data do último pagamento efetivo da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do efetivo resgate, acrescido de um prêmio sobre o valor resgatado ou amortizado ("Prêmio") equivalente a:

Data do Resgate Antecipado ou Amortização Extraordinária (desde a Data de Emissão)	Prêmio flat
15/05/2014 até 14/11/2014:	0,70% flat
15/11/2014 até 14/05/2015:	0,65% flat
15/05/2015 até 14/11/2015:	0,63% flat
15/11/2015 até 14/05/2016:	0,63% flat
15/05/2016 até 14/11/2016:	0,62% flat
15/11/2016 até 14/05/2017:	0,61% flat
15/05/2017 até 14/11/2017:	0,61% flat
15/11/2017 até 14/05/2018:	0,60% flat
15/05/2018 até 14/11/2018:	0,59% flat
15/11/2018 até 14/05/2019:	0,58% flat
15/05/2019 até 14/11/2019:	0,56% flat
15/11/2019 até 14/05/2020:	0,54% flat
15/05/2020 até 14/11/2020:	0,53% flat
15/11/2020 até 14/05/2021:	0,52% flat
15/05/2021 até 14/11/2021:	0,50% flat
15/11/2021 até 14/05/2022:	0,48% flat
15/05/2022 até 14/11/2022:	0,47% flat
15/11/2022 até 14/05/2023:	0,46% flat
15/05/2023 até 14/11/2023:	0,44% flat
15/11/2023 até 14/05/2024:	0,41% flat
15/05/2024 até 14/11/2024:	0,38% flat
15/11/2024 até 14/05/2025:	0,34% flat
15/05/2025 até 14/11/2025:	0,30% flat
15/11/2025 até 14/05/2026:	0,26% flat
15/05/2026 até 14/11/2026:	0,21% flat
15/11/2026 até 15/05/2027:	0,16% flat

- 4.12.3. A Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, deverá comunicar o Resgate Antecipado ou a Amortização Extraordinária por meio de correspondência escrita à CETIP com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da realização do resgate antecipado das Debêntures ("Notificação de Resgate Antecipado ou Amortização Extraordinária").



4.12.4. A Notificação de Resgate Antecipado ou Amortização Extraordinária deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) a data efetiva para o resgate ou amortização das Debêntures; (ii) parcela do Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, a ser amortizado, em caso de Amortização Extraordinária; (iii) quantidade de Debêntures a serem resgatadas, em caso de Resgate Antecipado parcial; (iv) percentual do prêmio a ser aplicado; e (v) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado ou Amortização Extraordinária.

4.12.4.1. Na hipótese do Resgate Antecipado parcial, conforme previsto no item (4.12.4)(iii) acima, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55, §2º, da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, apuração e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

4.12.5. O Resgate Antecipado ou a Amortização Extraordinária deverá ser realizado mediante (i) comunicação aos Debenturistas, ao Agente Fiduciário e ao Escriturador Mandatário ou (ii) publicação de aviso aos Debenturistas, nos termos do item (4.19.1) abaixo, com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência;

4.12.6. O pagamento das Debêntures resgatadas ou amortizadas antecipadamente será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, ou (ii) para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente no referido módulo, na sede da Emissora e/ou em conformidade com os procedimentos do Escriturador Mandatário, conforme aplicável.

4.12.7. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado deverão ser canceladas pela Emissora.

4.12.8. A Amortização Extraordinária deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em circulação e limitar-se a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário.

4.13. Vencimento Antecipado

4.13.1. Observado o disposto neste item (4.13), o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações constantes das Debêntures e desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora, mediante o envio de notificação contendo as respectivas instruções para pagamento, do Valor Nominal Unitário, ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures em Circulação.

JUDICIAL

acrescido da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos pela Emissora, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ciência da ocorrência das seguintes hipóteses (cada um, um "Evento de Vencimento Antecipado"):

- (a) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora, bem como o requerimento de falência da Emissora formulado por terceiros cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), e que não tenha sido elidido no prazo legal; e/ou requerimento de aut falência pela Emissora;
- (b) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relacionada ao pagamento da Remuneração, de multa e juros moratórios, ou quaisquer outros valores que venham a ser devidos pela Emissora aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão das Debêntures, desde que não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados do vencimento original;
- (c) descumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações não pecuniárias descritas nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data do recebimento de notificação, do Agente Fiduciário pela Emissora ou da Emissora ao Agente Fiduciário, o que ocorrer primeiro, sobre o respectivo descumprimento;
- (d) qualquer incorreção ou omissão substancial ou falsidade, nas declarações prestadas pela Emissora nos Documentos da Operação (conforme abaixo definido) ou em qualquer notificação ao Agente Fiduciário;
- (e) cessação pela Emissora de suas atividades empresariais ou adoção de medidas societárias voltadas à sua liquidação ou dissolução;
- (f) se qualquer documento relativo à Emissão e às Debêntures, inclusive os Contratos de Garantia, ou qualquer uma de suas disposições substanciais forem revogadas, rescindidas, se tornarem nulas, inexecutáveis ou deixarem de estar em pleno efeito e vigor;
- (g) rescisão do Contrato de Fornecimento, conforme abaixo definido;
- (h) alteração e/ou modificação do Contrato de Fornecimento, conforme abaixo definido, sem o prévio e expresso consentimento dos Debenturistas, conforme o caso, com o objetivo de modificar ou excluir a previsão de volumes mínimos de fornecimento de água industrial, preço mínimo, as condições de pagamento, o prazo de vigência e natureza *take or pay* do fornecimento. Adicionalmente, qualquer alteração ao Contrato



JUL 1983

de Fornecimento, conforme abaixo definido, deverá ser devidamente informada pela Emissora, através do envio, aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, de comunicação neste sentido, sendo que a Emissora deverá apresentar declaração de que a referida alteração não prejudica a capacidade operacional da Emissora, bem como de que os novos parâmetros e obrigações são plenamente por ela atingíveis;

- (i) cisão, fusão ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Emissora, exceto se (i) previamente aprovado pelos Debenturistas; (ii) se as sociedades resultantes da cisão, fusão ou incorporação da Emissora permanecerem dentro grupo econômico da Emissora; ou (iii) se assegurado aos debenturistas o direito de resgate previsto no artigo 231 da Lei das S.A., e desde que tal cisão, fusão ou incorporação não comprometa o cumprimento dos contratos mantidos entre a Emissora e a Braskem;
- (j) mudança e/ou transferência de Controle da Emissora e/ou das Controladas por meio da qual a Odebrecht S.A. inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.382.530/0001-44 ("Odebrecht S.A.") deixe de deter, direta ou indiretamente, o controle da Emissora, e desde que a mudança ou transferência de controle não comprometa o cumprimento dos contratos mantidos entre a Emissora e a Braskem. Para fins da presente Escritura de Emissão, considera-se "Controle" a definição dada pelo artigo 116 da Lei das S.A., aplicando-se a mesma definição para "Controlada", "Controladora" ou "Sob Controle Comum";
- (k) inadimplemento de obrigações pecuniárias da Emissora em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), desde que respeitado os prazos de cura previstos nos respectivos contratos, salvo se no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil da data de sua ocorrência for comprovado, pela Emissora, que tal inadimplemento ocorreu indevidamente;
- (l) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras decorrente de operações de captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no mercado local ou internacional, (i) pela Emissora e/ou suas Controladas em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais); ou (ii) pela Odebrecht Utilities S.A., Controladora da Emissora, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), salvo se no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis da data de sua ocorrência for comprovado, pela Emissora e/ou suas Controladas, que tal vencimento antecipado ocorreu indevidamente;
- (m) protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou Controladas (exceto protestos de autos de infrações ou certidões de dívida ativa decorrentes de discussões tributárias ou previdenciárias), cujo valor, unitário ou agregado, seja superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), salvo se, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data



do protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que devidamente comprovado pela Emissora e/ou a respectiva Controlada; (ii) o protesto foi cancelado ou sustado, em qualquer hipótese, em até 5 (cinco) Dias Úteis; ou (iii) o valor dos títulos protestados foi depositado em juízo:

- (n) inobservância da Legislação Socioambiental e das condicionantes das licenças e autorizações socioambientais da Emissora. Para fins desta Escritura de Emissão, "Legislação Socioambiental" significa as obrigações oriundas da legislação e da regulamentação ambiental e trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional aplicável à Emissora, assim como aquelas decorrentes da Emissão, inclusive no que se refere à inexistência de trabalho escravo e infantil;
- (o) existência de sentença condenatória transitada em julgado relativamente à prática de atos, pela Emissora, que importem em infração à legislação que trata do combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, assédio moral ou sexual ou crime contra o meio ambiente;
- (p) não obtenção, renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão das autorizações, licenças e outorgas, inclusive as ambientais, exigidas para operar e manter as operações da Emissora;
- (q) concessão de medida liminar que inviabilize ou gere a paralisação das atividades da Emissora, desde que tal medida liminar não seja revertida em até 30 (trinta) dias corridos, e desde que não gere rescisão do Contrato de Fornecimento, conforme abaixo definido;
- (r) a inscrição da Emissora, ou das demais partes a elas subordinadas, assim entendidas como representantes, funcionários, prepostos, contratados, prestadores de serviços que atuem a mando ou em favor das empresas no cadastro de empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, instituído pela Portaria Interministerial n.º 02, de 12.05.2012, do Ministério do Trabalho e do Emprego e da Secretaria de Direitos Humanos;
- (s) existência de qualquer decisão judicial transitada em julgado de natureza condenatória contra a Emissora e/ou contra qualquer de suas Controladas que verse sobre aspectos socioambientais, ou existência de quaisquer outras decisões judiciais transitadas em julgado de natureza condenatória contra a Emissora e/ou contra qualquer de suas Controladas, com valor individual ou agregado igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas;



72

- (t) pagamento pela Emissora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora esteja inadimplente com relação às suas obrigações (pecuniárias e não pecuniárias) previstas nesta Escritura e nos Contratos de Garantia;
- (u) venda, cessão, transferência e/ou alienação, direta ou indireta, a qualquer título, de ativos atuais de titularidade da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, exceda R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais). A Emissora (ou sua sucessora a qualquer título) somente poderá promover a transferência de ativos relacionados à captação, ao fornecimento e à distribuição de água industrial dos tipos clarificada, desmineralizada e potável e à operação e manutenção do reservatório e sistema de bombeamento de água para combate a incêndio de sua titularidade ("Ativos UTA"), em cumprimento ao "Contrato de Opção de Compra" celebrado em 31 de dezembro de 2013, *inter alia*, entre a Emissora e a Braskem, para sociedade por ações que detenha ativos, direitos ou obrigações relacionados apenas aos Ativos UTA ("SPE" e "Operação Autorizada"), desde que (1) verifique-se, concomitantemente, (i) a realização da Operação Autorizada, (ii) a assunção integral, pela SPE, de todas as obrigações da Emissora, principais e acessórias, definidas nesta Escritura de Emissão, incluindo as Obrigações Garantidas ("Assunção de Obrigações"), realizadas em termos e condições satisfatórios aos Debenturistas, em sede de Assembleia Geral de Debenturistas; e (iii) sejam realizados e concluídos todos os atos, procedimentos e formalidades, em forma e substância satisfatórias aos Debenturistas, em sede de Assembleia Geral de Debenturistas, necessários à existência, validade e eficácia dos negócios jurídicos referidos nos itens (1)(i) e (ii) acima, inclusive em face de terceiros, incluindo, sem limitação, (a) o encaminhamento ao Agente Fiduciário de todos e quaisquer atos societários e/ou documentos relacionados à Operação Autorizada e à Assunção de Obrigações, conforme aprovado pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas, e (b) arquivamento, nos competentes órgãos do registro de comércio, de todos os atos societários aprovando a realização e/ou relacionados à Operação Autorizada e à Assunção de Obrigações; ou (2) previamente à realização da Operação Autorizada (i) a Emissora, o Agente Fiduciário e a SPE celebrem aditamento a esta Escritura de Emissão, preparado em termos e condições satisfatórios aos Debenturistas, em sede de Assembleia Geral de Debenturistas, por meio do qual a SPE obrigue-se, em caráter irrevogável e irretratável, na qualidade de fiadora e principal pagadora, a garantir, solidária e incondicionalmente, o pagamento integral das Obrigações Garantidas, com a renúncia mais ampla, geral e irrestrita ao benefício de ordem e/ou a qualquer outro privilégio oponível aos Debenturistas decorrente de sua posição de fiadora ("Aditamento Fiança"); (ii) seja celebrado instrumento jurídico específico por meio do qual, em garantia das Obrigações Garantidas, constitua-se alienação fiduciária da totalidade das

ações de emissão da SPE, contratada substancialmente na forma do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações ("Contrato de Alienação Fiduciária SPE"); e (iii) sejam realizados e concluídos todos os atos, procedimentos e formalidades, em forma e substância satisfatórias aos Debenturistas, em sede de Assembleia Geral de Debenturistas, necessários à existência, validade e eficácia dos negócios jurídicos referidos nos itens (i) e (ii) acima, inclusive em face de terceiros, incluindo, sem limitação, (a) o registro do Aditamento Fiança e do Contrato de Alienação Fiduciária SPE, nos termos da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme aditada; (b) averbação no Livro de Registro de Ações Nominativas da SPE formalizando a constituição do ônus estabelecido nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária SPE; (c) encaminhamento ao Agente Fiduciário de todos e quaisquer atos societários e/ou documentos relacionados à Operação Autorizada, conforme aprovado pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas; e (d) arquivamento, nos competentes órgãos do registro de comércio, de todos os atos societários aprovando a realização e/ou relacionados ao Aditamento Fiança, ao Contrato de Alienação Fiduciária SPE e à Operação Autorizada, conforme aprovado pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas;

- (u.1) A Emissora encontra-se ciente e de acordo que o envio das informações previstas no item (1) inciso (iii) alínea "a" e item (2) inciso (iii) alínea "c" da alínea "u" acima ao Agente Fiduciário possuirá caráter meramente informativo, não importando em qualquer obrigação ou responsabilidade deste, em qualquer momento, por qualquer ato, fato ou prejuízo;
- (v) oneração de ativos atuais da Emissora (*negative pledge*), sem a prévia e expressa concordância dos Debenturistas;
- (w) contratação de novas dívidas sem a prévia e expressa concordância dos Debenturistas, exceto (i) dívidas para reposição de ativos fixos no montante, individual ou agregado, de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) e (ii) dívidas para capital de giro no montante, individual ou agregado, de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais). Considerando os 2 (dois) limites acima mencionados, a Emissora poderá onerar os ativos fixos novos adquiridos e onerar o fluxo de recebíveis disponíveis da Emissora, observados os limites previstos nos Contratos de Garantia e no Contrato de Fornecimento, conforme abaixo definido, e seus respectivos anexos;
- (x) redução de capital social da Emissora, sem a prévia aprovação dos Debenturistas, exceto se após a redução de capital (i) a Odebrecht S.A. mantenha, direta ou indiretamente, o Controle da Emissora; e (ii) desde que seja comprovado pela Emissora que tal redução de capital não implicou em retirada de caixa da Emissora;



77

- (y) destinação, pela Emissora, dos recursos líquidos captados com a emissão das Debêntures em desacordo com o previsto no item "Destinação dos Recursos" desta Escritura de Emissão;
- (z) alteração do objeto social da Emissora de maneira que sejam excluídas ou substancialmente reduzidas as principais atividades atualmente praticadas e os ramos de negócios explorados pela Emissora;
- (aa) questionamento judicial, pela Emissora ou por sua(s) Controlada(s) de quaisquer termos desta Escritura de Emissão ou dos Contratos de Garantia que tenham o objetivo de permitir que a Emissora descumpra com suas obrigações pecuniárias no âmbito desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia;
- (bb) não observância dos Índices Financeiros calculados de acordo com o 'Anexo 4.13.1(bb)' desta Escritura, a serem acompanhados anualmente pelo Agente Fiduciário, nos termos previstos no Anexo 4.13.1(bb) desta Escritura ("Índices Financeiros"); e
- (cc) ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado previstas na cláusula cinco do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e nos itens (6.3) e (6.4) da cláusula sexta do Contrato de Cessão Fiduciária, observado, caso aplicável, os prazos de cura lá estabelecidos;

4.13.2. A ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado deverá ser prontamente comunicada, pela Emissora, ao Agente Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis da sua ciência pela Emissora. Sem prejuízo disso, o Agente Fiduciário deverá, a partir de sua ciência por qualquer meio, exercer seus deveres descritos neste item (4.13).

4.13.3. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas "a", "b", "e", "g", "i", "j", "k", "l", "q", "r", "w" e "x" acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, sendo que qualquer Debenturista poderá exigir o pagamento de todos e quaisquer valores devidos, incluindo, sem limitação, o Valor Nominal Unitário, ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração devida e não paga, encargos e honorários advocatícios, se aplicáveis. O vencimento antecipado das Debêntures será formalizado por meio de notificação encaminhada pelo Agente Fiduciário à Emissora.

4.13.4. Na ciência da ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas demais alíneas do item (4.13.1) acima, o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas deverão convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que (i) ocorrer quaisquer dos Eventos de Vencimento



Antecipado ou (ii) receberem uma notificação de qualquer dos Debenturistas nesse sentido, o que ocorrer primeiro, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca do não vencimento antecipado das Debêntures, conforme deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação. A Assembleia Geral de Debenturistas de que trata este parágrafo deverá ser realizada no prazo máximo de (a) 8 (oito) dias, a contar da primeira convocação; ou (b) 5 (cinco) dias, a contar da segunda convocação, se aplicável. A não instalação da referida Assembleia Geral de Debenturistas por falta de *quórum* será interpretada como uma opção dos Debenturistas em declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.13.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, observadas as condições e os procedimentos descritos nos itens acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário, ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora com relação as Debêntures. O pagamento de que trata este parágrafo deverá ser realizado pela Emissora em até 3 (três) Dias Úteis contados da data de recebimento da notificação acerca do vencimento antecipado das Debêntures, conforme descrito acima, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios descritos no item (4.14) da presente Escritura de Emissão.

4.13.6. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item (4.13.4) acima por falta de *quórum*, mesmo após segunda convocação, ou (ii) de não ser alcançado o quórum mínimo indicado para deliberação acerca do não vencimento antecipado, conforme item (4.13.4), o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, mediante envio de notificação à Emissora neste sentido.

4.13.7. O Agente Fiduciário deverá comunicar a CETIP sobre o vencimento antecipado das Debêntures com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data do seu pagamento.

4.13.8. Todos os valores previstos neste item (4.13) deverão ser atualizados anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ("IPCA").

4.14. Encargos Moratórios

4.14.1. Ocorrendo atraso no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os valores em atraso vencidos e não pagos ficarão sujeitos a (i) multa moratória

2

9



51

convencional de natureza não compensatória de 2% (dois por cento), e (ii) juros de mora à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, ambos calculados sobre os valores devidos e em atraso devidamente atualizado, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

4.15. Garantia

- 4.15.1. Em garantia do correto, fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas pela Emissora perante os Debenturistas no âmbito desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e dos demais documentos relacionados à emissão decorrente da Escritura de Emissão, conforme prorrogados, alterados e/ou aditados de tempos em tempos (em conjunto, os "Documentos da Operação"), incluindo, sem limitação, os valores devidos com relação às Debêntures a título de principal e remuneração, todos os encargos moratórios, multas decorrentes de eventual atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias relacionadas às Debêntures e todos os eventuais tributos, despesas e custos devidos pela Emissora com relação às Debêntures, incluindo, gastos com honorários advocatícios, depósitos, verbas indenizatórias, custas e taxas judiciais ou extrajudiciais ("Obrigações Garantidas"), as Debêntures contarão com as seguintes garantias ("Garantias");
- (a) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Emissora, nos termos estabelecidos no "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Odebrecht Utilities S.A. ("Acionista"), o Agente Fiduciário e, na qualidade de interveniente anuente, a Emissora ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações"); e
 - (b) cessão fiduciária (a) de 100% (cem por cento) dos direitos creditórios, denominados em reais, presentes e futuros, de titularidade da Emissora, decorrentes de operações de compra e venda de água e demais negócios jurídicos objeto do "Contrato de Fornecimento", celebrado entre a Emissora e a Braskem em 31 de dezembro de 2013 ("Contrato de Fornecimento"), tendo por objeto o fornecimento de água industrial da Emissora à Braskem, sob a modalidade de *take-or-pay*, durante o prazo de 40 (quarenta) anos, a partir de 31/12/2013, e a terminar em 31/12/2053, observados os volumes, preços e demais condições definidos no Contrato de Fornecimento, realizadas até a liquidação integral das Obrigações Garantidas e devidos à Emissora pela Braskem e/ou sua sucessora, a qualquer título, incluindo todo e qualquer direito, garantia, valor acessório, multa, penalidades e prerrogativa relacionados a estes direitos creditórios; e
 - (b) dos direitos creditórios decorrentes da titularidade, pela Emissora, (1) da conta nº



17753-4, mantida no banco Itaú Unibanco S.A. na agência 8541 ("Conta Vinculada") e (2) da conta corrente nº 17754-2, mantida no banco Itaú Unibanco S.A. na agência 8541 ("Conta Reserva"), nos termos estabelecidos no "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário e, na qualidade de interveniente anuente, Itaú Unibanco S.A. como banco depositário ("Contrato de Cessão Fiduciária", e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, "Contratos de Garantia").

- 4.15.2. O saldo mínimo a ser mantido na Conta Reserva deverá corresponder a, no mínimo, 100% (cem por cento) dos valores de amortização de principal e Remuneração e demais encargos, conforme aplicável, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, nos 3 (três) meses imediatamente subsequentes à respectiva data de verificação, observado que a Emissora, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, terá o prazo de 12 (doze) meses a contar da Data de Emissão para constituição do valor mínimo a ser mantido na Conta Reserva e referido neste item (4.15.2).

- 4.15.3. As Garantias deverão perdurar até o completo, efetivo e irrevogável cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, incluindo as obrigações, principais e/ou acessórias, assumidas pela Emissora com relação às condições decorrentes desta Escritura de Emissão.

- 4.15.4. Os Contratos de Garantia serão registrados em Cartório de Títulos e Documentos das sedes da Emissora e do Agente Fiduciário. A Emissora se obriga a enviar uma via registrada de cada Contrato de Garantia ao Agente Fiduciário tempestivamente após a data de obtenção do referido registro.

4.16. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

- 4.16.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, acarretará a perda do direito ao recebimento de Remuneração, encargos moratórios e/ou qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou do comunicado.

4.17. Local de Pagamento

- 4.17.1. Os pagamentos referentes às Debêntures serão realizados em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP, caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou, para Debêntures que não estejam custodiadas

eletronicamente no referido módulo, terão seus pagamentos realizados pela Emissora por meio do Escriturador Mandatário.

4.18. Prorrogação dos Prazos

- 4.18.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nas Debêntures, inclusive obrigações assumidas pelos investidores no que se refere ao pagamento do Preço de Subscrição, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CUTIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados declarados nacionais, sábados ou domingos.

4.19. Publicidade

- 4.19.1. Todos os atos, decisões relevantes e convocações a serem efetuados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, a critério razoável da Emissora, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e no jornal de grande circulação utilizado pela Emissora, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (<http://www.odebrechtambiental.com>), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações. A publicação dos referidos atos poderá ser substituída por correspondência registrada, ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, entregue pela Emissora a todos os titulares das Debêntures e ao Agente Fiduciário, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

4.20. Aquisição Facultativa

- 4.20.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações e a regulamentação expedida pela CVM.
- 4.20.2. As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com este item poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela legislação e regulamentação vigentes. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos



deste item (4.20), se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das Debêntures aplicáveis às demais Debêntures em Circulação.

4.21. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.21.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, extrato em nome do titular da Debênture, emitido pela CETIP.

4.22. Imunidade Tributária

4.22.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seu pagamento os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.22.2. O Debenturista que tenha prestado declaração sobre sua condição de imunidade, isenção, não-incidência ou alíquota zero de tributos, nos termos do item (4.22.1) acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável ou, ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Escriturador Mandatário, pela Emissora.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na legislação e na regulamentação aplicáveis, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM n.º 476:

- (i) cumprir todos os requisitos e obrigações estabelecidos na presente Escritura de Emissão e na regulamentação em vigor pertinente à matéria, em especial as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM n.º 476, quais sejam:



JUN 2003

- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com a regulamentação da CVM;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social, enviando ao Agente Fiduciário na mesma data prevista acima (i) as respectivas demonstrações financeiras; (ii) declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; e (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto; e (iii) relatório consolidado da memória de cálculo dos Índices Financeiros compreendendo todas as rubricas necessárias para o cálculo dos referidos Índices Financeiros devidamente auditados pelos auditores independentes devidamente registrados na CVM e contratados pela Emissora, com manifestação expressa dos auditores a respeito do atendimento, ou não, dos Índices Financeiros, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (d) manter os documentos mencionados no subitem (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 358"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM n.º 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente à instituição intermediária líder da Oferta Restrita e ao Agente Fiduciário; e
- (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

B

26



27

k

e

- (ii) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Escriturador Mandatário, Agente Fiduciário, a CETIP e todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures, arcando com os custos devidos;
- (iii) apresentar em até 2 (dois) Dias Úteis ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes nos termos da regulamentação expedida pela CVM;
- (iv) comunicar ao Agente Fiduciário, aos Debenturistas e autoridades cabíveis, em até 2 (dois) Dias Úteis da data de ciência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os Debenturistas;
- (v) comunicar ao Agente Fiduciário a ocorrência de qualquer evento de vencimento antecipado, bem como de qualquer inadimplemento quanto ao cumprimento de qualquer de suas obrigações referentes às Debêntures. Tal comunicação deverá ser feita em até 1 (dia) Dia Útil da data em que a Emissora tomar conhecimento da ocorrência de evento de inadimplemento;
- (vi) notificar o Agente Fiduciário anualmente, até o 90º (nonagésimo) dia contado do encerramento de cada exercício social, com relação a cisão, fusão ou incorporação da Emissora nas quais, após sua implementação, a Emissora continue fazendo parte do grupo econômico da Odebrecht S.A.;
- (vii) notificar o Agente Fiduciário anualmente, até o 90º (nonagésimo) dia contado do encerramento de cada exercício social, com relação a operações que impliquem na mudança e/ou transferência de controle da Emissora e/ou suas controladas, nas quais a Odebrecht S.A. mantenha, direta ou indiretamente, o controle da Emissora, declarando, ainda, que tal operação não compromete o cumprimento do Contrato de Fornecimento;
- (viii) não conceder qualquer espécie de empréstimo, garantia ou efetuar qualquer tipo de pagamento a empresas ligadas que exceda, no montante individual ou agregado, R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) da data da emissão por ano, atualizado a IPCA, sem prévia e expressa concordância dos Debenturistas. Para fins deste item, empresa ligada significa a Odebrecht Ambiental S.A. e suas controladas;
- (ix) cumprir e fazer com que as demais partes a ela subordinadas, assim entendidas como representantes, funcionários, prepostos, contratados, prestadores de serviços que atuem a mando ou em favor da Emissora, sob qualquer forma, cumpram, durante o prazo de



vigência da escritura de emissão das Debêntures, a Legislação Socioambiental, bem como as demais leis, normas e regulamentos necessários ao regular funcionamento de suas atividades;

- (x) informar os Debenturistas e o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis, da data em que vier a tomar ciência, a ocorrência de qualquer irregularidade ou evento relacionado à Emissora, que possa levar os órgãos competentes a considerar descumprida qualquer norma de proteção ambiental ou trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional, ou devida obrigação de indenizar qualquer dano ambiental ou trabalhista relativo à saúde e segurança ocupacional;
- (xi) obter, e, quando solicitado, disponibilizar em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas todos os documentos (laudos, estudos, relatórios, licenças etc.) previstos nas normas de proteção ambiental e/ou trabalhista relativas à saúde e segurança ocupacional relacionadas a Emissora, atestando o seu cumprimento e mantendo as licenças e outorgas em pleno vigor e eficácia, bem como a informar aos Debenturistas imediatamente, a existência de manifestação desfavorável de qualquer autoridade;
- (xii) independente de culpa, ressarcir os Debenturistas de qualquer quantia que esse comprovadamente seja compelido a pagar por conta de dano ambiental ou trabalhista relativo à saúde e segurança ocupacional que, de qualquer forma, a autoridade entenda estar relacionado à Emissora, assim como deverá indenizar os Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário por qualquer perda ou dano que venha a experimentar em decorrência de dano socioambiental ou trabalhista, em todo caso desde que decorrente de sentença judicial transita em julgado ou decisão administrativa da qual não caiba recurso. O Agente Fiduciário, representando os Debenturistas, se compromete a imediatamente informar a Emissora a respeito de eventual processo judicial ou administrativo que possa gerar uma obrigação e indenização por parte da Emissora, devendo contratar um assessor jurídico de primeira linha e conduzir o processo em boa-fé e no melhor interesse das partes;
- (xiii) comunicar ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, em até 2 (dois) Dias Úteis da data de sua ciência de qualquer alteração relevante em sua condição financeira, societária e/ou operacional que possa afetar a decisão, por parte dos investidores, de adquirir as Debêntures;
- (xiv) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se



DF

JUL 2003

limitando, ao disposto na Instrução da CVM nº 476 e no artigo 48 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM nº 400");

- (xv) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da comunicação de encerramento, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM nº 400, observadas as disposições previstas na regulamentação aplicável;
- (xvi) abster-se, até o envio da comunicação de encerramento à CVM, de (a) revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão;
- (xvii) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- (xviii) não transferir ou de qualquer outra forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures, sem a prévia e expressa aprovação da totalidade dos detentores de Debêntures em Circulação;
- (xix) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu estatuto social, com esta Escritura de Emissão e/ou com os Contratos de Garantia, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (xx) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xxi) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações prestadas nos Documentos da Operação;
- (xxii) manter seguras as instalações da Emissora, conforme as práticas de mercado em seu setor de atuação;
- (xxiii) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;

LA)
S,
A
I



- (xxiv) cumprir todas as determinações da CVM e da CETIP aplicáveis a esta Emissão, inclusive mediante envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
 - (xxv) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro e manutenção das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
 - (xxvi) comparecer às Assembleias de Debenturistas, sempre que solicitada;
 - (xxvii) oferecer informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
 - (xxviii) cópia do organograma, de todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização, pelo Agente Fiduciário, do relatório anual previsto no artigo 68, § 1º, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 12, item XVII, da Instrução CVM n.º 28, que venham a ser expressamente solicitados pelo Agente Fiduciário. As informações financeiras, atos societários e organograma previstos neste item deverão ser encaminhados pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório acima destacado na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter Controladores, Controladas, sob Controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.
- 5.1.1. Toda e qualquer informação da Emissora que esteja veiculada através de sua página ou da página da CVM na rede mundial de computadores será considerada pública e efetivamente disponibilizada para os fins desta Escritura de Emissão.
- 5.1.2. As informações divulgadas na rede mundial de computadores nos termos do item (i) "c" e "f" acima, deverão ser imediatamente enviadas às entidades administradoras dos mercados em que as Debêntures forem admitidas à negociação.

CLÁUSULA SEXTA - AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. Nomeação

- 6.1.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

RA)
ES,
LA
O,
A



JULIENOS

6.2. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário.

6.2.1. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei 6.404, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da ICVM 28;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições regulamentares aplicáveis expedidas pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, em especial, das disposições contidas na Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão, baseado nas informações prestadas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- (j) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário nos termos da legislação aplicável em vigor;
- (k) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com seus termos e condições;

RA
ES
RA
O,
IA

31A
JULIENOS
O.A.
B
C
A

- (l) aceitar a obrigação de acompanhar a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado, descritas no item (4.13) desta Escritura de Emissão;
- (m) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto; e
- (n) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que não presta serviços de agente fiduciário em outras emissões da Emissora.

6.3. Exercício das Funções e Remuneração do Agente Fiduciário


6.3.1. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.3.2. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (i) Parcelas anuais de R\$ 6.000,00 (seis mil reais). A primeira parcela será devida 5 (cinco) Dias Úteis após a assinatura da Escritura de Emissão e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas;
- (ii) O pagamento das parcelas de remuneração descritas acima deverão ser feitos ao Agente Fiduciário, acrescidos dos valores relativos aos impostos e incidentes sobre o faturamento: ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), e COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social), bem como, quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes, excetuando-se o IR (Imposto de Rendanas alíquotas vigentes em cada data de pagamento;
- (iii) As parcelas referidas acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do Índice Geral de Preços – Mercado, conforme apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV"), ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata temporis*;

37
A.A.
B
C
D

- (iv) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;
- (v) A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros, sendo que a contratação de terceiros especialistas deverá ser efetuada mediante solicitação pelo Agente Fiduciário de 3 (três) orçamentos, observadas as indicações feitas pelos Debenturistas ao Agente Fiduciário. A contratação, pelo Agente Fiduciário, dos terceiros especialistas, deverá obedecer ao critério de "melhor preço" em relação aos orçamentos elaborados e recebidos e ser devidamente aprovada pelos Debenturistas;
- (vi) A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas cobranças acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após prévia aprovação sempre que possível, quais sejam: publicações em geral; custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão, notificações, extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, viagens, alimentação e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas;
- (vii) Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a

37


remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

6.4. Deveres e Atribuições do Agente Fiduciário

6.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia e respectivos aditamentos, conforme aplicável, sanando lacunas e irregularidades porventura existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários aos referidos registros, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes nas propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) verificar a regularidade da constituição das Garantias, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;

34
x
4
O.A.
ed

JUL 2003

- (i) solicitar, quando estritamente necessário ao fiel desempenho de suas funções, às expensas da Emissora, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como nas demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;
- (j) solicitar, de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora, às expensas da mesma;
- (k) convocar, quando necessário, a Assembleias Gerais de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (l) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei 6.404, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) resgates, amortizações e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto à Emissora;
 - (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (viii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da Emissão; e
 - (ix) existência de outras emissões de debêntures, pública ou privadas, feitas por sociedade coligada, Controlada, Controladora ou integrante do mesmo grupo da



JUL 2003

Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário bem como demais informações exigidas pela regulamentação aplicável a respeito de tais emissões, se houver;

- (n) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (m) acima aos Debenturistas dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
 - (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CETIP;
 - (iv) na CVM; e
 - (v) na sede do Coordenador Líder;
- (o) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa onde a Emissora efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário a atender quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição da titularidade das Debêntures;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (r) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais onde a Emissora efetuar suas publicações, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos da data em que tiver ciência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (s) responsabilizar-se integralmente pelas atividades de agente fiduciário a que se obrigou em razão de sua contratação como Agente Fiduciário, nos termos da legislação vigente; e
- (t) disponibilizar o Valor Nominal Unitário das Debêntures, a ser calculado pelo Agente

36
JUL 2003
O.A.
e

Fiduciário, em conjunto com a Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou do seu *website*.

- 6.4.2. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observadas as condições do item (4.13) desta Escritura de Emissão:
- (i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições desta Escritura de Emissão;
 - (ii) executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento integral dos Debenturistas;
 - (iii) requerer a falência da Emissora;
 - (iv) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
 - (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.
- 6.4.3. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item (4.13) desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitens (i) a (iv) do item (6.4.2) acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação da unanimidade dos Debenturistas. Na hipótese do subitem (v), bastará a aprovação de Debenturistas representando a metade das Debêntures em Circulação.
- 6.4.4. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo de valor sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de deliberação dos Debenturistas, comprometendo-se, tão-somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência de tal cumprimento. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da ICVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei 6.404, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.
- 6.4.5. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não



JUDICIAL

será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

6.4.6. Os atos ou manifestações, por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade aos Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

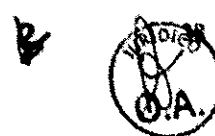
6.4.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.5. Substituição do Agente Fiduciário

6.5.1. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição, sendo certo que a remuneração devida será calculada *pro rata temporis*.

6.5.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.5.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a



27

JUN 1985

Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

- 6.5.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na ICVM 28.
- 6.5.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.
- 6.5.6. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos das demais publicações da Emissora.
- 6.5.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as regras e preceitos da CVM.

CLÁUSULA SÉTIMA - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Convocação

- 7.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.
- 7.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.
- 7.1.3. Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura de Emissão, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.
- 7.1.4. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo de 8 (oito) dias contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quórum para



27

[illegible]

- ## 7.2. Quórum de Instalação

- 7.2.2. Para efeito da constituição do quórum de instalação e/ou deliberação ora referido, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que sejam de propriedade da Emissora ou de seus Controladores (diretos e indiretos) e sociedades Controladas, coligadas e sob Controle comum, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quórum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

- ### 7.3. Mesa Diretora

- #### 7.4. Quórum de Deliberação

-
- A circular stamp with the word 'UNIBICO' at the top and 'O.A.' at the bottom. The stamp is crossed out with a large 'X'. There are handwritten marks around the stamp, including a '2' at the top, a '3' on the left, and a '4' on the right.

7.4.2. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas, em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por metade das Debêntures em Circulação.

7.4.3. As matérias relativas à autorização, pelos Debenturistas, para (a) a oneração ou realização, pela Emissora, de qualquer tipo de negócio tendo por objeto, direta ou indiretamente, os direitos creditórios cedidos fiduciariamente nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, (b) a substituição da Emissora como fiel depositária dos documentos comprobatórios nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária ou (c) a cessão ou alienação fiduciária de novos ativos para fins de reforço de garantia, pela Emissora ou pela Acionista, nos termos de cada um dos Contratos de Garantia serão tomadas, em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por metade das Debêntures em Circulação.

7.4.4. Alterações (i) nas datas de pagamento de principal e juros das Debêntures; (ii) na Remuneração; (iii) na Data de Vencimento das Debêntures, (iv) nas hipóteses de Eventos de Vencimento Antecipado, inclusive no caso de renúncia e/ou perdão temporário; e/ou (v) nos quóruns de deliberação, deverão contar com aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente.

7.4.5. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.4.6. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

(a) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

(b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto (i) o registro da AGE da Emissora que aprova a Emissão na JUCERS; (ii) o registro das Debêntures na CETIP; e (iii) o registro dos Contratos de Garantia nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos;
- (e) a celebração da presente Escritura de Emissão e a emissão das Debêntures foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem (i) o estatuto social da Emissora; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora esteja sujeita; ou (iii) qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora em quaisquer contratos, inclusive financeiros, nem irá resultar em: (A) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (B) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (C) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (f) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora que constam desta Escritura de Emissão são, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, verdadeiras, corretas, consistentes e suficientes, nos termos do artigo 11 da Instrução CVM nº 476;
- (g) todas as informações prestadas pela Emissora e no âmbito da presente Oferta Restrita são corretas e verdadeiras na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas, nos termos do artigo 11 da Instrução CVM nº 476;
- (h) desde a data das informações financeiras da Emissora datadas de 31 de janeiro de 2014, não houve qualquer Mudança Adversa Relevante, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora, fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, bem como não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Mudança Adversa Relevante" significa qualquer alteração (i) nas condições de operação, *performance*, financeira ou socioambientais da Emissora, que, na opinião justificada dos Debenturistas e do Agente Fiduciário, possa prejudicar materialmente as



e
x

87

atividades da Emissora; (ii) que implique na perda de licenças ou autorizações de funcionamento, ou (iii) que impeça o cumprimento, pela Emissora, de suas respectivas obrigações decorrentes dos Documentos da Operação e do Contrato de Fornecimento, conforme o caso, nos termos e condições definidos nos respectivos instrumentos jurídicos;

- (i) possui todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) necessárias exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais essenciais para o exercício de suas atividades, as quais encontram-se devidamente válidas, observadas as licenças em fase de transferência de titularidade, conforme listadas no "Anexo 8.1(i)";
- (j) salvo nos casos em que, de boa fé, esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
- (k) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- (l) não realizará outra oferta pública de debêntures dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Emissão, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (m) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem seu estatuto social ou qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora, contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou quaisquer de suas Controladas sejam parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos que a Emissora seja parte; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (n) esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições; e



- (o) não omitiu nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento na Data de Emissão e que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira, jurídica ou de suas atividades ou do cumprimento de suas obrigações no âmbito da Oferta Restrita, em prejuízo dos Debenturistas.
- 8.2. A Emissora se compromete a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

- 9.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora

Distribuidora de Águas Triunfo S.A.

Rodovia BR 386, km 419, s/n, Via Contorno 850, Passo Raso

CEP 95853-000, Triunfo, RS

At.: Sr Sandro Hansen, Sr Alexandre Cerqueira Couto de Oliveira

Tel.: +55 (51) 3721-5473

Fax: +55 (51) 3721-5473

E-mail: accoliveira@odebrecht.com e sandrohansen@odebrecht.com

Para o Agente Fiduciário

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Sala 514, Barra da Tijuca

CEP 22640-102, Rio de Janeiro, RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel.: +55 (21) 3385-4565

Fax: +55 (21) 3385-4046

E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br

Para o Escriturador Mandatário

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar

CEP 04538-133, São Paulo/SP

Tel.: +55 (11) 2797-4441

Fax: +55 (11) 2797-3140

At.: Sr. Luiz Petito

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Handwritten signatures and stamps, including a circular stamp with the text "MURDOCK" and "O.A." inside.

JUN 2005

Para o Banco Liquidante

Itaú Unibanco S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal

CEP 04344-902, São Paulo, SP

Tel.: +55 (11) 2797-4441

Fax: +55 (11) 2797-3140

At.: Sr. Luiz Petito

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP

CETIP S.A. Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar

CEP: 01452-001 – Jardim Paulistano, São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel.: +55 (11) 3111-1596

Fax: +55 (11) 3111-1564

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

- 9.2. As comunicações referidas nesta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA DEZ – DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão.
- 10.2. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

✱

✱



2

2

10.3. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), reconhecendo as Partes, desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

10.4. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. Fica eleito o foro da cidade de São Paulo, estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam a presente Escritura de Emissão, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

São Paulo, 15 de maio 2014

(assinaturas seguem nas 3 (três) próximas páginas)

(restante da página intencionalmente deixado em branco)

A circular stamp with the words "JUR DICO" at the top and "O.A." at the bottom. A large handwritten "X" is drawn over the stamp. There are also some handwritten marks around the stamp, including a "46" at the top and some scribbles on the left and right.

(PÁGINA DE ASSINATURAS 2/3 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE SUBSCRIÇÃO, SOB REGIME DE GARANTIA FIRME DE COLOCAÇÃO, DA DISTRIBUIDORA DE ÁGUAS TRIUNFO S.A.)

Pelo Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

9º TABELIAO

Rosane Basilio

Nome: Rosane da Silva Basilio
Procuradora
Cargo: RG: 41.295.392-4
CPF: 421.493.088-60

9º

TABELIAO DE NOTAS

Rua Marizel, 124 - 1º ao 6º andar - CEP 01047-000 - São Paulo
Telefone: (11) 3258-2011 - Fax: (11) 3174-6058
www.pencarteria.com.br

Reconheço a(s) e(s) firma(s) com valor econômico por assealhance de
ROSANE DA SILVA BASILIO, de que dou fé

São Paulo/Capital, 02 de Junho de 2014. Valor Recebido R\$ 0,00
Em 1998 de verdade MARCO ANTONIO GOMES MACEDO - Escr. aut.
"Válido somente com selo de autenticidade. Selos pagos por verba"
110994883822820148



MACEDO
GOMES



Testemunhas:

90 TABELÃO

Nome: Rosane da Silva Basilio
RG: Procuradora
RG: 41.295.392-4
CPF: 421.493.088-60

Nome: _____
RG: _____
CPF: _____

RENATO HERNANDES
ESCREVENTE AUTORIZADO

TABELÃO DE NOTAS

São Paulo/Capital, 21 de Junho de 2014 Valor Recobrado R\$ 2,88
 Em Real R\$ 28,80
 em valores MARCO ANTONIO BOMES MARCO - Ser Aut
 "valide novamente com pelo de autenticação" todos pagas per valor
 11255483303210140

A black and white photograph of a document. A prominent stamp is visible, reading "RECEIVED" in large, bold, capital letters. Below this, the date "MAY 1968" is stamped. To the left of the stamp, the number "1620A53721" is printed vertically. The document appears to be a form or a letter, with some text visible but mostly obscured by the stamp and the high contrast of the image.

40



JUL 2015

ANEXO 4.7.1.1

Este Anexo 4.7.1.1 é parte integrante do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Subscrição, Sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da Distribuidora de Águas Triunfo S.A., celebrada em 15 de maio de 2014

Data de Pagamento da Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado
15/06/2014	0,0832%
15/07/2014	0,0832%
15/08/2014	0,0832%
15/09/2014	0,0832%
15/10/2014	0,0832%
15/11/2014	0,0832%
15/12/2014	0,0832%
15/01/2015	0,0832%
15/02/2015	0,0832%
15/03/2015	0,0832%
15/04/2015	0,0832%
15/05/2015	0,0832%
15/06/2015	0,0832%
15/07/2015	0,0832%
15/08/2015	0,0832%
15/09/2015	0,0832%
15/10/2015	0,0832%
15/11/2015	0,0832%
15/12/2015	0,0832%
15/01/2016	0,0832%
15/02/2016	0,0832%
15/03/2016	0,0832%
15/04/2016	0,0832%
15/05/2016	0,0832%
15/06/2016	0,0832%
15/07/2016	0,0832%
15/08/2016	0,0832%
15/09/2016	0,0832%
15/10/2016	0,0832%
15/11/2016	0,0832%
15/12/2016	0,0832%



27

JUL 2003

15/01/2017	0,0832%
15/02/2017	0,0832%
15/03/2017	0,0832%
15/04/2017	0,0832%
15/05/2017	0,0832%
15/06/2017	0,2500%
15/07/2017	0,2500%
15/08/2017	0,2500%
15/09/2017	0,2500%
15/10/2017	0,2500%
15/11/2017	0,2500%
15/12/2017	0,2500%
15/01/2018	0,2500%
15/02/2018	0,2500%
15/03/2018	0,2500%
15/04/2018	0,2500%
15/05/2018	0,2500%
15/06/2018	0,4168%
15/07/2018	0,4168%
15/08/2018	0,4168%
15/09/2018	0,4168%
15/10/2018	0,4168%
15/11/2018	0,4168%
15/12/2018	0,4168%
15/01/2019	0,4168%
15/02/2019	0,4168%
15/03/2019	0,4168%
15/04/2019	0,4168%
15/05/2019	0,4168%
15/06/2019	0,8332%
15/07/2019	0,8332%
15/08/2019	0,8332%
15/09/2019	0,8332%
15/10/2019	0,8332%
15/11/2019	0,8332%
15/12/2019	0,8332%
15/01/2020	0,8332%
15/02/2020	0,8332%
15/03/2020	0,8332%
15/04/2020	0,8332%
15/05/2020	0,8332%
15/06/2020	0,8332%
15/07/2020	0,8332%



ALLEGATO

15/08/2020	0,8332%
15/09/2020	0,8332%
15/10/2020	0,8332%
15/11/2020	0,8332%
15/12/2020	0,8332%
15/01/2021	0,8332%
15/02/2021	0,8332%
15/03/2021	0,8332%
15/04/2021	0,8332%
15/05/2021	0,8332%
15/06/2021	0,8332%
15/07/2021	0,8332%
15/08/2021	0,8332%
15/09/2021	0,8332%
15/10/2021	0,8332%
15/11/2021	0,8332%
15/12/2021	0,8332%
15/01/2022	0,8332%
15/02/2022	0,8332%
15/03/2022	0,8332%
15/04/2022	0,8332%
15/05/2022	0,8332%
15/06/2022	1,0000%
15/07/2022	1,0000%
15/08/2022	1,0000%
15/09/2022	1,0000%
15/10/2022	1,0000%
15/11/2022	1,0000%
15/12/2022	1,0000%
15/01/2023	1,0000%
15/02/2023	1,0000%
15/03/2023	1,0000%
15/04/2023	1,0000%
15/05/2023	1,0000%
15/06/2023	1,0000%
15/07/2023	1,0000%
15/08/2023	1,0000%
15/09/2023	1,0000%
15/10/2023	1,0000%
15/11/2023	1,0000%
15/12/2023	1,0000%
15/01/2024	1,0000%
15/02/2024	1,0000%

↓



52

✱

c
d

ANEXO

15/03/2024	1,0000%
15/04/2024	1,0000%
15/05/2024	1,0000%
15/06/2024	1,0000%
15/07/2024	1,0000%
15/08/2024	1,0000%
15/09/2024	1,0000%
15/10/2024	1,0000%
15/11/2024	1,0000%
15/12/2024	1,0000%
15/01/2025	1,0000%
15/02/2025	1,0000%
15/03/2025	1,0000%
15/04/2025	1,0000%
15/05/2025	1,0000%
15/06/2025	0,9582%
15/07/2025	0,9582%
15/08/2025	0,9582%
15/09/2025	0,9582%
15/10/2025	0,9582%
15/11/2025	0,9582%
15/12/2025	0,9582%
15/01/2026	0,9582%
15/02/2026	0,9582%
15/03/2026	0,9582%
15/04/2026	0,9582%
15/05/2026	0,9582%
15/06/2026	0,9582%
15/07/2026	0,9582%
15/08/2026	0,9582%
15/09/2026	0,9582%
15/10/2026	0,9582%
15/11/2026	0,9582%
15/12/2026	0,9582%
15/01/2027	0,9582%
15/02/2027	0,9582%
15/03/2027	0,9582%
15/04/2027	0,9582%
15/05/2027	Saldo do Valor Nominal Unitário

B



53

07

2

ANEXO 4.13.1(bb)

Este Anexo 4.13.1(bb) é parte integrante do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Subscrição, Sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da Distribuidora de Águas Triunfo S.A., celebrada em 15 de maio de 2014

ÍNDICES FINANCEIROS

1. O Agente Fiduciário acompanhará anualmente, até 90º (nonagésimo) dia contado do encerramento de cada exercício social, com base nas informações a serem apresentadas pela Emissora, no prazo e forma estabelecidos no item (5.1)(i)(c) da Escritura, e auditadas por auditor independente registrado na CVM, com base nas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social consolidadas da Emissora, o atendimento, pela Emissora, dos seguintes Índices Financeiros, considerando que a primeira verificação deverá ser realizada com as informações financeiras com data base de 31 de dezembro de 2015

ÍNDICE 1

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (definição abaixo): igual ou superior a 1,15x.

ÍNDICE 2

Não tomada de novas dívidas caso o múltiplo Dívida Líquida/EBITDA da Emissora esteja ou venha a tornar-se igual ou superior que 3,00x, exceto (i) dívidas para reposição de ativos fixos no montante, individual ou agregado, de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) e (ii) dívidas para capital de giro no montante, individual ou agregado, de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais). Para estes 2 (dois) limites acima mencionados, a Emissora poderá onerar os ativos fixos novos adquiridos e onerar o fluxo de recebíveis disponíveis da Emissora, observados os limites previstos nos Contratos de Garantia e no Contrato de Fornecimento, conforme definido na Escritura, e seus respectivos anexos.

Definições:

"EBITDA": resultado relativo aos 12 meses anteriores à data de apuração, antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional **, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários. (**Entendem-se como Resultado Não Operacional: Venda de

[illegible]

“Índice de Cobertura do Serviço da Dívida sem caixa”: calculado com base nos 12 (doze) meses anteriores ao fechamento das demonstrações financeiras da Emissora (anuais auditadas), com a primeira data de cálculo ocorrendo no exercício findo no primeiro 31 de dezembro, após o vencimento de, pelo menos, 12 (doze) parcelas de amortização do valor de principal das Debêntures e de toda e qualquer dívida, financiamento ou obrigação onerosa da empresa, com base na fórmula abaixo:

ICSD = Geração de Caixa da Atividade/Serviço da Dívida.

sendo que:

“Geração de Caixa da Atividade”: significa o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses, subtraídas as quantias devidas a título de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (“**IR**”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“**CSLL**”) no mesmo período, e adicionada (se positiva), e deduzida (se negativa) a Variação de Capital de Giro;

“Variação de Capital de Giro”: significa a diferença entre a Necessidade de Capital de Giro apurada ao final do ano em questão e a Necessidade de Capital de Giro apurada ao final do ano anterior;

"Necessidade de Capital de Giro": significa a diferença entre (i) o ativo circulante, deduzido o somatório das aplicações financeiras de curto prazo e/ou caixa disponível da Emissora e (ii) o passivo circulante menos o somatório, em uma determinada data, de todas as Obrigações Onerosas da Emissora com terceiros;

"Serviço da Dívida": significa a soma do valor de juros e de amortização de principal de todas as Obrigações Onerosas da Emissora;

"Obrigações Onerosas": todos os empréstimos, financiamentos, e qualquer instrumento de mercado de capitais;

"Divida Líquida": todas as Obrigações Onerosas deduzido o somatório das aplicações financeiras e investimentos de curto prazo, saldo disponível em conta reserva e/ou caixa disponível da Emissora;

b
55
A
O.A.

Caso o ICSD deixe de ser atingido, conforme determinado acima, e a Emissora detiver caixa superior ou igual a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), o Coordenador Líder, conforme definido na Escritura, poderá, a seu exclusivo critério, optar por:

- (i) incluir o caixa no cálculo do ICSD, sendo a nova fórmula do índice:

$$\text{ICSD com Caixa} = (\text{Geração de Caixa da Atividade} + \text{Saldo de Caixa e Equivalentes} - \text{Aporte de capital/Mútuo}) / \text{Serviço da Dívida}; \text{ ou}$$

- (ii) permitir a amortização parcial da dívida na medida necessária para reestabelecer o ICSD pactuado acima e desde que tal valor não exceda R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

"Saldo de Caixa e Equivalentes": significa a posição de caixa (excluindo o saldo em conta reserva) e equivalentes contidas nas demonstrações financeiras da Emissora.

2

56

2



[illegible]

OPERAÇÕES NAS QUAIS A PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS ATUA COMO AGENTE FIDUCIÁRIO PARA EMPRESAS DO GRUPO ODEBRECHT NOS TERMOS DO ARTIGO 10 DA ICVM 28.

57
JURICO
O.A.

ANEXO 8.1(I)

Este Anexo 8.1(i) é parte integrante do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Subscrição, Sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da Distribuidora de Águas Triunfo S.A., celebrada em 15 de maio de 2014

LICENÇAS DA EMISSORA EM PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE

- (i) Outorga para uso de água emitida pelo Departamento de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul; e
- (ii) Autorização para a produção de água potável emitida pela Prefeitura de Triunfo.

